

Como seria uma cidade ecofeminista?

Luciana Amorim

AMORIM, Luciana. Como seria uma cidade ecofeminista?. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, e 481, out 2024

data de submissão: 05/03/2024

data de aceite: 26/09/2024

Luciana AMORIM é Doutora em Urbanismo;
amorim.lu@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre cidade, gênero e meio ambiente, a partir do caso-referência do "Plano Popular das Vargens". O planejamento insurgente proposto no Plano se voltou para a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, em território ambientalmente sensível, caracterizada pelos Campos de Sernambetiba e pelo Parque Estadual da Pedra Branca. Sua elaboração é fruto da manifestação de um grupo plural, com o protagonismo de mulheres do bairro de Vargem Grande. Para tanto, foi tomado como aporte teórico a corrente de pensamento do ecofeminismo e a ética do cuidado. Dessa forma, a investigação permitiu expandir as relações de gênero no campo do urbanismo, no bojo de questões ambientais, associadas a lógicas não hegemônicas de produção da cidade. A investigação permitiu observar nas diretrizes propostas no Plano Popular das Vargens, ações de cuidado na cidade priorizando grupos vulneráveis humanos e não humanos.

Palavras-chave: cidade, ecofeminismo, ética do cuidado, Plano Popular das Vargens.

Abstract

The present article aims to bring a reflection on city, gender, and environment, based on the reference case of the "Plano Popular das Vargens". This insurgent planning was focused on the West Zone of Rio de Janeiro, in an environmentally sensitive portion of the territory, characterized by the Sernambetiba Fields and the Pedra Branca State Park. Its elaboration is the result of the manifestation of a plural group, with the protagonism of women from the Vargem Grande neighborhood. For this purpose, ecofeminist and ethics of care were taken as theoretical support. Thus, the investigation allowed for the expansion of gender relations in the field of urbanism, within the scope of environmental issues, associated with non-hegemonic logics of city production. The investigation brought, based on the analysis of the guidelines proposed in the plan, care actions in the city, prioritizing vulnerable human and non-human groups.

Keywords: city, ecofeminism, ethics of care, Plano Popular das Vargens.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la ciudad, el género y el medio ambiente, a partir del caso de referencia del "Plano Popular das Vargens". El plan insurgente propuesto se centró en la Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro, en una porción del territorio ambientalmente sensible, caracterizada por los Campos de Sernambetiba y el Parque Estatal de la Pedra Branca. Su elaboración es resultado de la manifestación de un grupo plural, con el protagonismo de las mujeres del barrio de Vargem Grande. Se tomó como aporte teórico el pensamiento actual del ecofeminismo y de la ética del cuidado. De esta manera, la investigación permitió ampliar las relaciones de género en el campo del urbanismo, en medio de cuestiones ambientales, asociadas a lógicas no hegemónicas de producción de ciudad. La investigación permitió observar, en los lineamientos propuestos en el "Plano Popular das



Vargens”, acciones de cuidado en la ciudad, priorizando grupos vulnerables humanos y no humanos.

Palabras-clave: ciudad, ecofeminismo, ética del cuidado, Plano Popular das Vargens.

Introdução

¹ O presente artigo constitui de parte da reflexão elaborada na tese de doutorado da autora, intitulada “Plano Popular das Vargens: ação emancipatória sobre o espaço urbano”, defendida em dezembro de 2023 e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com orientação da Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi. A tese foi desenvolvida com o fomento das agências CAPES e CNPQ.

² O caso-referência, conforme Cavallazzi (1993), trata-se de um caso considerado como suporte fático que cristaliza a hipótese, um “exemplo significativo dentro de uma realidade maior”, permitindo articular os casos concretos com as reflexões conceituais.

³ Esta pergunta que serve de título ao presente artigo é uma alusão ao artigo “What would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design, and human work.”, escrito por Dolores Hayden e publicado no Journal of Women in Culture and Society em 1980.

⁴ Cf. GEDDES, Patrick. Cities in evolution: an introduction to the town planning movement and to the study of civics. London, Williams, 1915.

⁵ Cf. MUMFORD, Lewis. The culture of cities. Open Road Media, 2016.

⁶ Cf. MCHARG, Ian L. Design with nature. New York: American Museum of Natural History, 1969.

⁷ Cf. SPIRN, Anne Whiston. Jardim de granito: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: EdUSP, 2001.

⁸ Cf. HOUGH, Michael. City form and natural process: towards a new urban vernacular. 1984.

O presente artigo¹ tem como objetivo contextualizar uma reflexão sobre cidade, gênero e meio ambiente, a partir do caso-referência² do Plano Popular das Vargens, através da seguinte pergunta: como seria a cidade ecofeminista?³ Em outras palavras, a proposta é lançar luz sobre as relações hierárquicas impostas às mulheres e à natureza, dentro da sociedade patriarcal; ao mesmo tempo em que se pretende apresentar as contribuições para a manutenção da vida em um contexto em que mulheres e natureza são preconizadas nas decisões sobre a cidade.

Inicialmente, é preciso trazer uma problematização com relação ao termo “meio ambiente”. Segundo Randolph e Bessa (1993), o conceito de meio ambiente sofreu mutações ao longo da história. Teria partido do conceito de ambiente e organismo da física mecânica, levando a uma abordagem da biologia entre organismos vivos e seu meio ambiente externo. Com o tempo, foi sendo apropriado e revisto, à medida que foi extrapolando para outros campos do conhecimento como a ecologia, a geografia, entre outros.

Nossa abordagem tem como pressuposto o entendimento do meio ambiente, como resultado de “uma relação de organismos (vivos e não vivos) inseparavelmente inter-relacionados e interagindo entre si, constituindo-se numa totalidade” (Randolph; Bessa, 1993). O meio ambiente é também compreendido dentro de um “processo de construção social da realidade” (ibidem). Nesse sentido, não haveria, por exemplo, dicotomia entre meio natural e meio construído.

Os campos da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo e do Planejamento têm significativas reflexões sobre as interações entre o meio natural e o meio construído. Patrick Geddes⁴, Lewis Mumford⁵, Ian McHarg⁶, Anne W. Spirn⁷ e Michael Hough⁸, ao longo da primeira metade do século XX, discutiram amplamente sobre essas integrações, a partir dos seus diferentes olhares e, de certa forma, se complementando, trazendo uma importante contribuição sobre as questões ambientais e a cidade.

Por outro lado, a virada do século XX para o século XXI trouxe importantes indagações sobre a questão ambiental no mundo, a partir de desastres ambientais e do seu questionamento através da sociedade de risco⁹. Na década de 1990, o debate foi pautado no largo emprego do termo desenvolvimento sustentável¹⁰ e, mais recentemente, enfrentamos debates sobre a emergência climática¹¹.

A consequência desse aprofundamento nos temas ambientais foi apontado por Topalov (1997) como uma mudança paradigmática dada pela "reorganização da linguagem científico política de uma visão tecnocêntrica para uma visão ecocêntrica". Tal apreensão tomou ao longo dos anos uma larga abrangência, sendo explorada politicamente, economicamente, além de filosoficamente.

O presente artigo tem como foco a dimensão ética da problemática contida nas questões ambientais e na cidade. Será objeto da reflexão proposta o ecofeminismo juntamente com a ética do cuidado na cidade. No entanto, é preciso, novamente, partir de um ponto inicial, em que se resgata o pensamento filosófico por trás das inquietações com relação ao meio ambiente e as consequências relativas à sua não proteção, ao seu deterioro e aos seus desastres.

Vale enfatizar, do ponto de vista do debate contemporâneo e fora do circuito da produção de conhecimento hegemônico europeu, a ideia de natureza por Nêgo Bispo e por Ailton Krenak. Nêgo Bispo afirma no artigo 'Somos da terra', que "a terra não nos pertence, nós é que pertencíamos à terra". Assim como Ailton Krenak, em 'Ideias para o fim do mundo', afirma que a ideia de humanidade, dada pelo pensamento colonial, nos foi imposta nos deixando alienados "desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem uma coisa que não seja natureza."

A natureza então passa a ser compreendida conforme Lenoble (2002) como uma ideia e uma construção social que muda de sentido a cada época e de acordo com a concepção de cada grupo social.

Se voltarmos ainda para as discussões do final do século XX, temos uma significativa reflexão realizada pelo filósofo Guattari. Sua contribuição trata sobre o conteúdo ético e político que a sociedade deveria encarar, a partir dos avanços científicos ao lado de desastres ambientais; além dos conflitos de ordem di-

⁹ Cf. Beck, Ulrich. Risk society: Towards a new modernity. Vol. 17. sage, 1992.

¹⁰ Referente ao Relatório Brundtland de 1987.

¹¹ Para Falk (2009), uma questão ambiental foi se desenvolvendo ao longo do tempo permeada pelo fluxo de apreensões e conteúdos distintos, resultando em mudanças de enfoques conforme dois ciclos, denominados o primeiro e o segundo ciclo da emergência ecológica (cycle of ecological urgency). O primeiro momento estaria associado ao período da década de 1970 e 1990, quando o debate parte dos questionamentos sobre a capacidade produtiva e a escassez de recursos naturais, passando pela formação do termo desenvolvimento sustentável e sua disseminação através de conferências mundiais. Já o segundo ciclo, se daria a partir dos anos 2000, com o enfoque na mudança climática; sendo o ciclo que nos encontramos na atualidade.

cotômica como os de classe ou de gênero que se perpetuam na história da sociedade (GUATTARI, 2001).

Logo, no final do século XX, Guattari identificava que, no plano da subjetividade, o entendimento do indivíduo, para além de si, estaria se esvaindo, o que nos levaria a perder os “gestos de solidariedade humana” (GUATTARI, 2001). Devido a esse cenário, o autor se opôs a uma perspectiva unicamente tecnocrata e propôs uma outra abordagem, voltada para uma articulação ético política, a qual ele intitulou de ecosofia.

A ecosofia estaria pautada na articulação entre três eixos temáticos conceituais: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana, configurando, cada uma, a ecologia ambiental, a ecologia social (socius) e a ecologia mental (psique). Seriam práticas distintas, dentro de uma disciplina comum.

Para a discussão pretendida neste artigo, é interessante tratar da dimensão mental da ecosofia. Seu intuito é evocar uma nova lógica para tratar do mundo que se punha pós guerra fria, baseada nos desprendimento dos paradigmas científicos, buscando na subjetividade a potencialidade para recompor as práticas sociais e individuais. Esta subjetividade estaria voltada para a solidariedade humana e não para o “[...] simples reequilíbrio permanente do Universo das semióticas capitalísticas” (GUATTARI, 2001).

Na virada do século XX para o século XXI, no campo da Arquitetura e do Urbanismo, Eduardo Neira Alva (1997) vai trazer também uma importante reflexão sobre a questão ambiental. Alva se voltou para a realidade da América Latina, caracterizada pelo crescimento explosivo das suas metrópoles. Os efeitos da urbanização descontrolada neste território é tomado como causa da degradação dos elementos naturais, gerando inundações urbanas, da contaminação pela falta de tratamento dos resíduos sólidos, da contaminação dos rios pela carência de serviços públicos de drenagem da água pluvial e de tratamento do esgoto e da criação das ilhas de calor em função da contaminação atmosférica.

Alva (1997) se aproxima do pensamento de Guattari pois pretende ir além da resposta tecnológica, apontando para uma necessidade de “afirmação de uma ética social”. Também aposta em um novo paradigma social, mas para basear um “modelo ideal de espaço organizado que possa instigar as pessoas a lutar por novas formas de vida”. Nesse sentido, propõe a criação de um imaginário coletivo não dependente da

ciência, onde a questão ambiental é associada a processos democráticos como “a participação política, a disciplina cívica e a solidariedade social”.

É significativo resgatar o pensamento de Guattari e de Alva para questionar a sociedade hegemônica e extrair que, diante de uma crise ambiental, esses intelectuais recorrem a um senso de solidariedade mais apurado. No caso de Guattari, o filósofo observou uma deterioração “nos modos de vida humanos individuais e coletivos” levando a perder a noção de alteridade. Logo, em um cenário de não reconhecimento do outro, só restam relações superficiais, opressivas e não solidárias que se agravam em um cenário de desastres ambientais e de desaparecimentos das espécies.

Por outro lado, este artigo se propõe a explicitar o conteúdo do ecofeminismo como uma corrente de pensamento que, ao longo dos debates sobre meio ambiente, já apontava para valores e comportamentos impregnados desse desejo de olhar o outro, cuidar do outro e, assim, garantir uma perspectiva de futuro.

Este artigo também procura, a partir do ecofeminismo, contribuir para a reflexão e a ruptura com a visão predominante da natureza como “[...] apenas um ser vago e distante, sufocado pelas cidades, pelas ruas, pelas casas, e, sobretudo pela presença dos outros homens” (MERLEAU-PONTY, 2011).

Nesse sentido, o ecofeminismo está de acordo com a abordagem de integralidade, ao mesmo tempo que analisa a questão ambiental a partir das relações de poder que impõem a subordinação da mulher e que colocam a natureza dentro da ideia de “tudo aquilo que independe da existência ou do conhecimento da espécie humana” (DULEY, 2004); o que será aprofundado no decorrer do artigo.

O conteúdo trazido pelo ecofeminismo será identificado na cidade através de um exemplo prático e disruptor. Dessa forma, será apresentada a visão de cidade ecofeminista trazida pelo Plano Popular das Vargens. Os próximos itens tratarão da base teórica do ecofeminismo e da ética do cuidado e, por fim, o Plano Popular será aprofundado.

A cidade teria como princípio estabelecer relações equilibradas entre seus componentes

Trazer o ecofeminismo para analisar fenômenos urbanos é, na perspectiva de Montaner e Muxí (2021), tra-

çar novas coordenadas para a nova política traduzida como um compromisso político e social “para a vida no planeta, para a defesa de que as cidades sejam para seus habitantes e para a proteção dos direitos sociais conquistados com muito esforços e hoje ameaçados”.

Uma abordagem entre gênero e cidade, por sua vez, rompe com uma cidade pautada em estruturas sociais firmadas numa cultura hierárquica que, ao invés de aproximar os seus componentes e estabelecer relações mais equilibradas, estabelece a predominância da força de um domínio que explora, maltrata e desqualifica aqueles que são colocados em condição de inferioridade. Dessa forma, o gênero está pautado sob dois aspectos, sendo um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos como uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995)¹².

¹² Conforme a autora, as relações sociais baseadas nas diferenças de gênero se relacionam com 4 elementos: 1) representações simbólicas impostas culturalmente; 2) conceitos normativos - “doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa”; 3) concepção política - relacionado às instituições e à organização social; 4) identidade subjetiva.

A incorporação do ecofeminismo nos estudos das cidades trata da ruptura com um neutro universal, logo está fora da lógica de dominação e compreende o espaço urbano a partir de vários saberes e diversos modos de vida. De modo que a cidade é compreendida como uma construção social interseccionada por questões de classe, raça, gênero e orientação sexual (BERTH, 2023; CIOCOLETTO et al., 2019).

O termo ecofeminismo foi utilizado pela primeira vez por Françoise d’Eaubonne, estudiosa das relações de subordinação das mulheres na sociedade patriarcal. Na década de 1970, suas apreensões giravam em torno do debate a respeito da superpopulação do mundo e a negação do direito das mulheres decidirem sobre os seus corpos. Em 1982, a autora publicou o livro *Le féminisme ou la mort*, no qual se atribui o primeiro emprego do termo.

A teoria ecofeminista é constituída por duas correntes principais (HERRERO, 2013; PULEO, 2017, 2008). Uma das correntes é definida como cultural ou essencialista. Esta corrente se volta para a defesa do papel fundamental da mulher sobre a perpetuação da vida, em virtude das suas características biológicas ou maternais, predispondo a um pacifismo e à preservação da natureza (PULEO, 2002).

Já a segunda corrente é intitulada ecofeminismo crítico e é a adotada neste estudo. O ecofeminismo crítico problematiza as relações de gênero, juntamente com as questões ambientais, a partir da crítica à sociedade patriarcal ocidental moderna capitalista (SHIVA, 1995; PULEO, 2011; HERRERO, 2014, 2019). A base

desta crítica se dá na apreensão de que, a lógica de produção e desenvolvimento do capitalismo, determinou à mulher e à natureza características e qualidades em posição de inferioridade em um contexto androcêntrico.

Em contrapartida, o pensamento ecofeminista compreende que o feminino construído socialmente¹³, ou seja, aquilo relacionado ou determinado como uma atribuição exclusiva à mulher, tem uma perspectiva específica, com um projeto ético e político, capaz de contribuir no estabelecimento de novos parâmetros para a vida em sociedade (PULEO, 2002; HERRERO, 2019).

O ecofeminismo é dotado de pluralidade, uma vez que é uma teoria que percorre vários campos¹⁴, além de estar vinculado a elementos discursivos de movimentos sociais (HERRERO, 2013, 2018; ROSENDO et al., 2019). Para Kheel (2019), o “ecofeminismo é tanto um campo teórico de estudo quanto um movimento social que surgiu em resposta à degradação crescente do mundo natural”¹⁵.

Quanto à natureza, o discurso ecofeminista questiona a visão cartesiana de que homem e natureza estão dissociados. Logo, o discurso ecofeminista ratifica a apreensão de natureza em completa fusão com a humanidade e se contrapõe ao sentido da natureza “[...] considerada meramente como a matéria prima sobre a qual operam as forças produtivas das diferentes sociedades para forjar seu espaço” (LEFEBVRE, 2013, tradução da autora).

Na condição de matéria prima para apenas operar as forças produtivas, a natureza é constituída também como mais um ente subalternizado na sociedade capitalista. A discussão proposta no ecofeminismo procura dar visibilidade para as questões de gênero e as ambientais a partir das consequências das relações de poder que atingem diretamente essas duas esferas. Procura-se, assim, gerar uma reflexão crítica sobre a realidade social, o que deve ser levado para as dinâmicas urbanas.

A cidade seria pautada por um projeto ético e político priorizando o cuidado para a manutenção da vida

O oposto à degradação ambiental, ou seja, a manutenção da vida é defendido no ecofeminismo a partir de práticas de cuidado. O cuidado é por sua vez, tomado a partir do seu conteúdo moral, através da ética

¹³ C.f. BEAUVOIR, S. DE. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

¹⁴ “Entende-se que o pensamento ecofeminista, a partir de suas diferentes abordagens, vozes, formas e localizações apresenta um potencial teórico para pensar criticamente as relações humanas com outros animais e com a natureza, bem como permite realizar um diagnóstico e propor saídas para o não-lugar ocupado pelas minorias políticas ainda assentadas em toda sorte de dominações e exclusões.” (ROSENDO et al., 2019)

¹⁵ “Embora o ecofeminismo tenha sido recebido com entusiasmo na década de 1970, posteriormente, teóricos pós-modernos criticaram esse campo, devido à percepção de que o ecofeminismo implica reivindicações essencialistas sobre a natureza das mulheres e dos homens. Apesar de a grande maioria das feministas que trabalha no campo ter dirigido suas críticas às visões de mundo culturalmente construídas, essa percepção continua a existir. Alguns teóricos têm também procurado se distanciar do termo ecofeminismo em razão da crença de que o termo sugere uma associação muito próxima entre mulheres e natureza. Alguns teóricos, por exemplo, preferem usar termos como feminismo ecológico ou feminismo e ambiente ou eco-feminismo, que coloca um espaço entre eco e feminismo. Sugiro que esse esforço para criar uma distância entre as categorias das mulheres e da natureza é uma forma de ecofeminismofobia [ecofemphobia].” (KHEEL, 2019)

do cuidado. Essa ética seria pautada por valores morais atribuídos socialmente às mulheres que servem de reflexão para como os seres humanos se relacionam entre si e com o meio ambiente.

A ética do cuidado remonta o pensamento de Carol Gilligan, psicóloga feminista e estudiosa das relações humanas através da concepção feminina¹⁶. Seus trabalhos iniciais, o artigo *In a Different Voice: Women's Conceptions of Self and of Morality*, de 1977, e seu livro *In a different voice*, de 1984, são fundamentais para a formulação do pensamento de que, enquanto seres humanos temos nossas vidas decorrentes e pautadas por nossas relações interpessoais.

¹⁶ As abordagens iniciais da ética do cuidado também partem da enfermagem e da filosofia e não só o cuidado como atributo feminino é desvalorizado, como também na academia o conhecimento da ética do cuidado é subestimado ou desconsiderado (MORROW, 2019).

No entanto, na sociedade é imposto às mulheres a atribuição de cultivar essas relações através de ações ligadas à empatia, ao cuidado e à responsabilidade para com o próximo. Segundo Gilligan, são ações e traços comportamentais que também podem estar presentes na conduta dos homens, mas são reprimidas, pois são tomadas como uma conduta inferior, uma vez que estão vinculadas a características e deveres das mulheres. A autora identificou essas atribuições como elementos de cunho moral e vinculados, primordialmente ao cuidado para com o outro.

O ecofeminismo assume, a partir de Gilligan, a característica dos seres humanos, como seres relacionais, e dependentes dessas interações de cuidado. Dessa forma, a interdependência entre humanos é um dado fundamental para esta teoria, uma vez que aprofunda esse caráter, chamando atenção de que existe também uma interdependência entre a humanidade e o meio ambiente, tornando o meio ambiente um sujeito necessário na dinâmica social e um objeto de cuidado (MORROW, 2019).

A característica inter-relacional dos seres humanos é discutida no ecofeminismo extrapolando as relações humanas tomadas inicialmente por Gilligan dentro dos seus estudos no campo da psicologia.

Quando nos vemos demandantes de cuidado, isso implica no fato de que somos interdependentes como espécies. A união entre gênero e meio ambiente, apresenta-se a partir de uma mudança de paradigma em que o cuidado entre humanos requer também o cuidado com o meio ambiente. Isso se traduz no benefício da proteção do meio ambiente possibilitando a proteção e existência da humanidade em si.

Isso parte do ponto de vista de que a humanidade também depende do meio ambiente para manter suas bases materiais e imateriais. São exemplos a obtenção de alimentos, assim como a obtenção da água, ou a capacidade de usufruir do meio ambiente, a partir da sua contemplação, gerando um bem estar, assim como outros aspectos.

Dessa forma, é constatada a necessidade de preservar e proteger o meio ambiente, uma vez que a humanidade dele também depende, sendo estabelecida uma relação de codependência. Nessa perspectiva, é posta uma compreensão de uma integralidade entre as relações entre entes humanos e não humanos, o que está em diálogo com a cosmovisão de Nêgo Bispo e Ailton Krenak levantadas na introdução.

A ética do cuidado preconiza a característica relacional da humanidade, devendo se estender às demais espécies, aos ecossistemas, aos ciclos naturais. Ela se aplica aqueles que não podem falar por si mesmos como crianças, hipervulneráveis e natureza, cabendo aos humanos serem os interlocutores desses grupos (MORROW, 2019). Diante desse raciocínio, a proteção da humanidade não basta em si só, devendo ser entendida à proteção da vida humana e não humana.

As relações de interdependência, estabelecidas entre os seres humanos e a relação de codependência estabelecida entre os seres humanos e não humanos, são pautadas na vulnerabilidade¹⁷ e não numa lógica hierárquica. A vulnerabilidade é, assim, um ponto crucial de atenção quando se trata da ética do cuidado, uma vez que determinados entes apresentam uma condição mais crítica, necessitando de um suporte mais imediato.

A racionalidade contida no ecofeminismo fundamentada na ética do cuidado coloca a interdependência e a codependência como aspectos chave para o reconhecimento de que as relações humanas e as relações entre seres humanos e o meio ambiente, estão fadadas a uma necessidade de colaboração. O cuidado seria a base para se estabelecer estas ações de colaboração entre os diversos entes humanos e não humanos, com a finalidade de reduzir os efeitos da condição de vulnerabilidade que alguns entes se encontram.

A cidade, à luz da ética do cuidado, se volta para os sujeitos de cuidados sejam eles humanos ou não humanos, a partir do estabelecimento de parâmetros de intervenção na cidade baseados nas práticas e nos valores de reciprocidade e apoio mútuo para a ma-

¹⁷ “A vulnerabilidade é uma noção relativa – está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo. [...] Nas definições mais correntes, a condição apontada está posta nos sujeitos sociais e não nos processos que os tornam vulneráveis. Uma alternativa politizadora seria, por exemplo, a de definir os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual. Esta é a formulação do Movimento de justiça ambiental dos EUA: põe-se foco no déficit de responsabilidade do Estado e não no déficit de capacidade de defesa dos sujeitos” (ACSELRAD, 2006).

nutrição da vida. O cuidado, assim, é colocado como uma categoria ética, capaz de orientar os preceitos de intervenção na cidade.

No próximo item, o Popular das Vargens será apresentado como um exemplo prático em que é identificado o cuidado na cidade. As vozes femininas participantes da elaboração do Plano Popular possibilitaram a construção de um documento singular com relação à compreensão de problemáticas e virtudes do território, resguardando a biodiversidade, os demais elementos naturais e, ao mesmo tempo, propondo diretrizes para não tornar grupos hipervulneráveis.

A cidade seria orientada por ações de cuidado no espaço urbano

Para evidenciar uma abordagem do ecofeminismo e da ética do cuidado na cidade, o presente artigo traz neste item a análise do Plano Popular das Vargens¹⁸. O Plano foi proposto em novembro de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, em paralelo e se contrapondo à tramitação do Projeto de Lei relativo ao Projeto de Estruturação Urbana das Vargens, o PEU das Vargens, ou PLC n. 140/2015¹⁹.

Trata-se de uma mobilização feminista, produtora de um planejamento insurgente em um território ambientalmente sensível, que passa por um longo processo de pressão do mercado imobiliário. Esta pressão é instrumentalizada pela atuação do Estado, com a interpretação flexível dos parâmetros urbanísticos, viabilizando o adensamento construtivo para fins do mercado imobiliário.

Como contraproposta, o Plano Popular das Vargens desenvolve um planejamento urbano a partir de diretrizes voltadas para o cuidado dos grupos vulneráveis no território. Assim, é proposta a manutenção de práticas ligadas à agroecologia; além da reivindicação da proteção da biodiversidade local, representados pelos Campos de Sernambetiba, as Vargens, e pelo Parque Estadual da Pedra Branca²⁰.

Primeiramente, é fundamental o reconhecimento do Plano Popular das Vargens como um planejamento de cunho feminista. O desenvolvimento do plano ocorreu dentro de um processo com a participação de um grupo diverso constituído pela população local, por técnicos de planejamento urbano, por acadêmicos e por apoiadores. No entanto, chama-se atenção para a participação das mulheres que são lideranças locais,

¹⁸ A análise do Plano Popular das Vargens aqui apresentada é uma parte da análise qualitativa dos dados empíricos realizada para a tese da autora. Além do conteúdo do Plano Popular, foram analisadas na tese as entrevistas com participantes e não participantes do Plano Popular. Para tanto, foram aplicados os métodos de análise temática (BAUER; GASKELL, 2019) e de análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2016), além da utilização de software de análise qualitativa Atlas.ti para aplicação desses métodos.

¹⁹ Cf. AMORIM, L. O Plano Popular das Vargens: ação sobre o espaço urbano. In: CAVALLAZZI et al. Cidade Standard: Precarização e reconfigurações urbanas. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Proureb, 2020, v.1, p. 125-136.

²⁰ SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. Proposição de criação de Unidades de Conservação nas Vargens dos Campos de Sernambetiba. Rio de Janeiro: Subsecretaria de Meio Ambiente, Subgerência de Monitoramento da Biodiversidade (SCMA/SUBMA/CCA/GMFA/GMFA7), 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ds-tatic/10112/12386863/4333007/Estudo_Vargens_Compilado_01102018.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

além de representarem a maioria de participantes no processo de desenvolvimento do Plano Popular²¹.

O próprio documento do plano faz uma menção à mobilização como feminista, quando pontua que os eixos principais de articulação das lutas contidas nele são atravessados pelos direitos das mulheres (Articulação Plano Popular das Vargens, 2017). No Plano Popular, outros grupos vulneráveis são contemplados, como a população do Quilombo Cafundá Astrogilda, os maiores responsáveis pela produção agrícola local; além dos moradores de favelas (Ibidem). Em suma, o Plano Popular das Vargens é atravessado por questões de gênero, de raça e de classe.

A forte presença das mulheres, protagonizando os debates e a construção do Plano Popular das Vargens, ficou evidente nas falas colhidas nas entrevistas com participantes do Plano. Também foi observado que as mulheres seguem sendo uma referência no território, para além do desenvolvimento do Plano Popular. A citação a seguir expressa esse papel central identificado nas mulheres da região.

A Articulação Popular das Vargens ela já se coloca como uma articulação feminista. E as lideranças que estão na APP [Articulação Plano Popular das Vargens], são também lideranças que mobilizam o coletivo de mulheres da Zona Oeste. Então, elas fizeram muita questão que essa fosse uma temática prioritária e trouxeram essa fala do coletivo de mulheres e elas que estiveram à frente de grande parte do processo, na verdade, elas que fizeram uma mobilização, que tiveram a iniciativa de articulação. Então, é um coletivo feminista que trouxe essa questão e, em paralelo, elas realizaram uma série de reuniões do coletivo.²²

A presença de mulheres da linha de frente em movimentos é recorrente no “histórico das lutas locais contra a destruição do meio ambiente ao redor do mundo [...]” (COSTA, 2019)²³. No caso do Brasil, essas mobilizações “apontam para propostas éticas, epistemológicas e políticas atravessadas por debates ecofeministas, agroecológicos e descoloniais na construção de feminismos camponeses, quilombolas, indígenas, comunitários, periféricos e populares” (COSTA, 2019).

A mobilização nas Vargens desenvolveu um planejamento urbano de acordo com cinco princípios, resumindo as intenções e o entendimento dos moradores em relação ao bairro. No Plano Popular das Vargens é explicitado, assim, aquilo que deveria ser defendido para a manutenção do bem estar no bairro e para que não houvesse a descaracterização. Os princípios, desenvolvidos pelos próprios moradores, clamavam,

²¹ Informação oral, colhida a partir de entrevistas com participantes do desenvolvimento do Plano Popular das Vargens, realizadas em 2020 e 2021 para a pesquisa de doutorado da autora.

²² Fonte oral: ML - acadêmica e participante do Plano Popular das Vargens.

²³ São exemplos o Movimento Chipko na Índia, a resistência camponesa boliviana, conhecida como a guerra da água, a mobilização das mulheres em Altamira, no Brasil, contra a construção da barragem de Belo Monte e o Movimento Cinturão Verde das mulheres quenianas na África.

basicamente, pela defesa da participação popular no planejamento urbano, a defesa à moradia e a defesa da agrobiodiversidade (ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS, 2017).

Havia uma reivindicação relativa à participação efetiva da população local na elaboração da alteração da legislação urbanística proposta no PEU de 2015, com a prevalência das demandas dos moradores. A defesa do direito à moradia remete à ameaça de remoção vividas no território pela população moradora de favelas e do quilombo. A agroecologia está vinculada às práticas de cultivo, conforme as dinâmicas já presentes no território, mas também está associada à proteção dos ecossistemas locais, bem como da defesa das Vargens e do Maciço da Pedra Branca.

As diretrizes do Plano Popular das Vargens ressaltam um alinhamento com o ecofeminismo ao colocar como prioridade a proteção de entes vulneráveis, sejam as famílias pobres e/ou os elementos naturais do território, a partir de um olhar voltado para a responsabilidade e para o cuidado com entes humanos e não humanos.

O conteúdo do Plano Popular evidencia a relação de ecod dependência no território e coloca, na prática, a agroecologia como um meio para equalizar essa relação. Para tanto, a mobilização reivindicou o que chamaram de direito à agrobiodiversidade²⁴. A demanda o fez alusão à diretriz Morar e Plantar, presente no Plano, com o intuito de explicitar a necessidade que determinados grupos têm de permanecer no território, pois é dali que é extraído parte dos bens para sua necessidade básica e para obter uma fonte de renda.

É dada ênfase às áreas alagadas, as Vargens em si, que devem ser conservadas para manter o seu papel de drenagem natural, dentro do sistema lagunar da Zona Oeste. O que também permitiria a preservação da fauna e da flora (suas espécies endêmicas²⁶ e as demais), a movimentação das aves migratórias (responsáveis pela dispersão de sementes) e o controle de insetos (para reprodução de animais vertebrados e invertebrados).

Ao priorizar a criação de uma Unidade de Conservação, a ecod dependência é reconhecida no Plano Popular das Vargens, pois apresenta a compreensão de que a manutenção dos elementos naturais propicia as melhores condições ambientais no território.

²⁴ Segundo Santilli (2009), agrobiodiversidade se refere às “[...] relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável”.

²⁵ A Unidade de Conservação dos Campos Alagados proposta pelo Plano Popular em 2017 se antecipou à proposta da prefeitura do Rio de Janeiro para Área de Preservação Ambiental (APA) do Sertão Carioca (instituída pelo Decreto nº 49.695 de 27 outubro de 2021) e para o Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) dos Campos de Sernambetiba (instituído pelo Decreto nº 50.413).

²⁶ Algumas espécies endêmicas já estão ameaçadas de extinção devido à degradação ambiental, tais como: borboleta-da-praia (*Parides ascanius*), peixes-anuais (*Rivullidae*); rãzinha-de-alagado (*Chiasmocleis lacrimae* Peloso) e o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*). Cf. (SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, 2018)

Vale salientar, que a ecod dependência identificada no Plano Popular das Vargens, remete ao seu conteúdo mais explícito. Ou seja, sobre a necessidade que a sociedade tem de se relacionar, de interagir e de proteger o meio ambiente. A própria existência do Parque Estadual da Pedra Branca na região já aponta para uma institucionalização dessa esfera relacional e de dependência pela qual a humanidade está sujeita.

Cabe também mencionar que o Plano Popular das Vargens é um contraponto à proposta de aumento da densidade construtiva e de ocupação das Vargens promovido institucionalmente. No PEU das Vargens pesa a visão da natureza como objeto. Logo, os empreendimentos possíveis de serem construídos teriam um caráter especial, pois teriam uma localização privilegiada, por estarem próximos ao Parque Estadual da Pedra Branca e do litoral, por possuírem ares bucólicos e por terem um certo isolamento com relação às demais centralidades da cidade.

A instituição de uma Unidade de Conservação, por um lado, não impediria que a área fosse tida como um cenário a ser explorado, reforçando a concepção da natureza como objeto, mas por outro, permitiriam que os ecossistemas e as lagoas mantivessem, minimamente, os seus ciclos.

A mobilização nas Vargens apresentou uma forte vinculação com a agroecologia²⁷, uma vez que a primeira demanda do coletivo de mulheres na elaboração do Plano Popular estava orientada para o direito à forma de habitar, ligada ao “direito aos quintais, o direito às hortas, o direito às roças”²⁸.

O cultivo de ervas, plantas frutíferas, raízes e até mesmo plantas ornamentais, está vivo nas dinâmicas de muitas mulheres desse território. A prática agroecológica, nesse caso, está relacionada no cultivo de plantas, podendo ser para subsistência, para saúde, para a espiritualidade ou como fonte de renda; destacando-se a presença das mulheres nessas atividades já praticadas no território²⁹.

A agroecologia foi associada como uma prática de reprodução da vida cotidiana. Pois, a defesa da moradia e de um meio de vida que se baseia no cultivo de plantas, são os principais pontos defendidos no Plano Popular.

Conforme Herrero (2013, 2018), a reprodução da vida cotidiana está relacionada às tarefas domésticas de cuidado. Na análise do Plano Popular, este ponto foi

²⁷ A concepção da agroecologia aqui tomada é a de práticas que conformam uma verdadeira “[...] constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo” (LEFF, 2002). Essas práticas agrícolas se opõem a práticas dominantes e depredadoras e se propõem a ser uma alternativa “orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a subsistência e a segurança alimentar das comunidades rurais” (Ibidem).

²⁸ Fonte oral: ML - acadêmica e participante do Plano Popular das Vargens.

²⁹ Informação oral, colhida a partir de entrevistas com participantes do desenvolvimento do Plano Popular das Vargens, realizadas em 2020 e 2021 para a pesquisa de doutorado da autora.

tomado de maneira mais ampla, não se restringindo apenas às tarefas domésticas e se relacionando com a atividade específica da agroecologia que representa uma forma peculiar de habitar o território das Vargens.

A agroecologia, então, é posta como uma ação de cuidado em benefício dos entes da família ao promover uma vida mais saudável física, espiritual e financeiramente.

A agroecologia é explicitamente defendida no Plano Popular das Vargens, a partir, também, da diretriz Morar e Plantar. Resulta numa estratégia de sobrevivência, pois diante de ameaças dessa forma de habitar o território, voltada para a manutenção da vida, só resta a essas mulheres defender os meios que têm para não aumentar as suas vulnerabilidades.

O Plano Popular das Vargens espacializa a diretriz Morar e Plantar com a demarcação de uma zona de amortecimento para o Parque Estadual da Pedra Branca, cuja função é delimitar um “cinturão agroecológico, combinando a proteção da floresta com a produção ambientalmente sustentável” (ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS, 2017).

Nesse sentido, a agroecologia defendida no plano é outra alternativa mais respeitosa com o meio ambiente, comparado com práticas extensivas. Seria uma forma de também proteger o Maciço da Pedra Branca e a própria zona de amortecimento, impedindo o avanço do desmatamento nessas áreas, a partir da presença dos agricultores.

Outro aspecto é que a agroecologia teria um papel fundamental para redução da vulnerabilidade, pois essa prática estaria voltada para aumentar o acesso a alimentos aos grupos pobres, atuando “[...] como forma de garantir segurança e soberania alimentar” (ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS, 2017).

As propostas do Plano Popular das Vargens envolvendo a agroecologia ratificam o papel da agricultura desenvolvida no Maciço da Pedra Branca pela comunidade quilombola e vão além, ao compreender que no tecido urbano consolidado ainda há espaço para explorar formas de cultivo, como a destinação de terrenos vazios ou subutilizados para a produção de alimentos, plantação de árvores frutíferas nos espaços públicos, incentivo à disseminação dos quintais produtivos (recorrentes no bairro) e ao desenvolvimento

de práticas agroecológicas em favelas (ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS, 2017).

A análise do Plano Popular das Vargens evidenciou que a mobilização tem uma profunda compreensão da ecodependência no território. Além disso, suas diretrizes e propostas dão um enfoque na promoção de ações de cuidado na cidade. São ações que tem o propósito de ditar quais as deliberações para proteger grupos vulneráveis. Dessa forma, de acordo com a realidade local, a ecodependência está articulada à agroecologia como uma prática local, ressaltando as potencialidades do território ao mesmo tempo que permite a manutenção da vida.

Considerações finais

Os debates sobre a proteção do meio ambiente e as incertezas sobre as condições de vida na segunda metade do século XX levaram Guattari, no campo da filosofia, e Alva, no campo da Arquitetura e Urbanismo, a chegar no mesmo ponto: seria preciso uma nova ética, a partir de uma nova solidariedade, para tornar mais equilibrada a relação entre humanidade e o meio ambiente.

No entanto, ao analisar a questão ambiental, a partir de uma perspectiva de gênero, é observado que esta ética já está presente na sociedade, através das tarefas de cuidado exercidas, fundamentalmente, por mulheres. Tarefas estas imbuídas de gestos de solidariedade.

Paralelamente, a reflexão entre cidade, gênero e meio ambiente, requer de fato que seja projetada a aplicação de um projeto ético e político, priorizando o cuidado para a manutenção da vida. O ecofeminismo observado no Plano Popular das Vargens evidencia a aplicação da ética do cuidado na prática, no desenvolvimento de um planejamento urbano insurgente.

O cuidado na cidade, através do Plano Popular das Vargens, é dado pelo planejamento pautado no estabelecimento de uma relação de responsabilidade para com o meio ambiente, defendendo a perpetuação da vida, ao mesmo tempo que propõe uma alternativa de transformação urbana.

Nesse sentido, as diretrizes propostas no Plano Popular indicam as ações de cuidado no bairro, tendo em vista a interdependência e a ecodependência. O que é sintetizado através da diretriz Morar e Plantar, pois nela está pautado o interesse dos participantes

da mobilização por garantir a permanência de grupos vulneráveis no território, mantendo sua moradia, juntamente com suas práticas agroecológicas. Ao mesmo tempo, fortalece a preservação no Parque Estadual do Maciço da Pedra Branca e promove o abastecimento e o acesso a alimentos com a espacialização do cinturão agroecológico proposto no Plano.

Através do exemplo das Vargens, vê-se a aplicação do ecofeminismo na cidade. Logo, uma cidade com bases no ecofeminismo tem como cerne o estabelecimento de ações de cuidado no espaço urbano. Em outras palavras, o cuidado orienta os preceitos de intervenção na cidade, se é estabelecido a partir de ações que têm como propósito promover o equilíbrio no meio ambiente e como máxima a compreensão da ecod dependência como primordial para intervir na cidade.

Referências

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS. 2006, Rio de Janeiro. Comunicação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS. Plano Popular das Vargens. Articulação Plano Popular das Vargens, 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/108231160-Articulacao-plano-popular-das-vargens.html>>

ALVA, Eduardo Neira. Metrôpoles (In) sustentáveis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

CAVALLAZZI, R. L. Plasticidade do plano contratual. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

COSTA, M. DA G. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. Em: Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

BERTH, J. E se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões na cidade. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2023.

BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CIOCOLETTO, A. et al. Urbanismo feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida. Barcelona: Virus Editorial, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018.

DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 51(2), 2004. p. 15-26.

- FALK, R. The second cycle of ecological urgency: an environmental. Em: Environmental Law and Justice in Context. [s.l.] Cambridge University Press, 2009. p. 39.
- GILLIGAN, C. In a Different Voice: Women's Conceptions of Self and of Morality. Harvard Educational Review, v. 47, n. 4, p. 481-517, 1 dez. 1977.
- GILLIGAN, C. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. [s.l.] Harvard University Press, 1993.
- GILLIGAN, C. Joining the resistance. Cambridge: Polity Press, 2011.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990. 11. ed. 2001. ISBN 85-308-0106-7. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/guattari-as-tres-ecologias.pdf>. Acesso em: 29 de set de 2018.
- Randolph, R.; Bessa, E.. O meio ambiente como forma específica de organização territorial: elementos para uma discussão conceitual. IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991. p.639-49.
- HERRERO, Y. Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible. Revista de economía crítica, v. 16, p. 278-307, 2013.
- HERRERO, Y. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política, p. 219-237, 2014.
- HERRERO, Y. Miradas ecofeministas para revertir la guerra contra la vida. Conferência apresentado em VIII Curso de introducción al arte contemporáneo, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zg2eEs5sIhI>>. Acesso em: 3 dez. 2019
- HERRERO, Y. Lo personal es político: ecofeminismos en los territorios del Norte Global. Em: Por qué las mujeres salvarán el planeta. Barcelona: Rayo Verde Editorial, 2019. v. 9.
- KHEEL, M. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. Em: Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2019.
- LEFEBVRE, H. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LENOBLE, R. História da ideia de natureza. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 2002.
- MERLEAU-PONTY, M. A natureza. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. Feminizar a política (e seus agentes). Em: Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021.
- MORROW, K. The fragility of climate, human responsibility and finding the impetus to act decisively – investigating the potential of the ethics of care. Em: Research Handbook on Global Climate Constitutionalism. [s.l.] Edward Elgar Publishing, 2019. p. 114-131.
- PULEO, A. H. Feminismo y ecología: un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo. El Ecologista, n. 31, 2002.
- PULEO, A. H. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. Isegoría, v. 0, n. 38, p. 39-59, 30 jun. 2008.

PULEO, A. H. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid: Cátedra, 2011.

PULEO, A. *¿Qué es el ecofeminismo?* *Quaderns de la Mediterrània*, v. 25, p. 210–214, 2017.

PULEO, A. H. *Ecofeminismo: una alternativa a la globalization androantropocéntrica*. Em: *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

ROSENDO, D. et al. *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direito dos agricultores*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito)—Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, v. 2, n. 20, 1995.

SHIVA, V. *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*. Horas y Horas, Madrid, 1995.

TOPALOV, Christian. *Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade*. *Cadernos IPPUR* ano XI nos 1 e 2 jan dez 1997.